

A “Geração Z” conecta a *web* e o mundo, abre fronteiras com telas e telas e aprende a navegar em todos os meios digitais e eletrônicos. Ela zapeia livremente em meio a uma multiplicidade de informações. Transita entre diversos canais de TV, navega na *web*, vive conectada, participa de redes sociais, baixa conteúdos no computador ou no celular, pratica jogos eletrônicos como se fossem esportes reais e até namora com a ajuda de teclado e mouse. Esta geração tem enorme poder de escolha, e para isso precisa não apenas de cabos e ícones, mas, acima de tudo, de pensamento. Com pensamento e opções, tem a chance de agir e modificar o mundo. A esfera digital e o conhecimento podem nos aproximar de vidas ameaçadas ou já violadas, e permitir que compreendamos os riscos e possibilidades da vida em sociedade. Direitos humanos na história e na era digital, eis o desafio deste fascículo e também da “Geração Z”.

diálogos com a

GERAÇÃO Z

fronteiras educação

Ano 2 | #01 | 2011

*Direitos Humanos
e Democracia*



PATROCÍNIO



PETROBRAS

APOIO CULTURAL



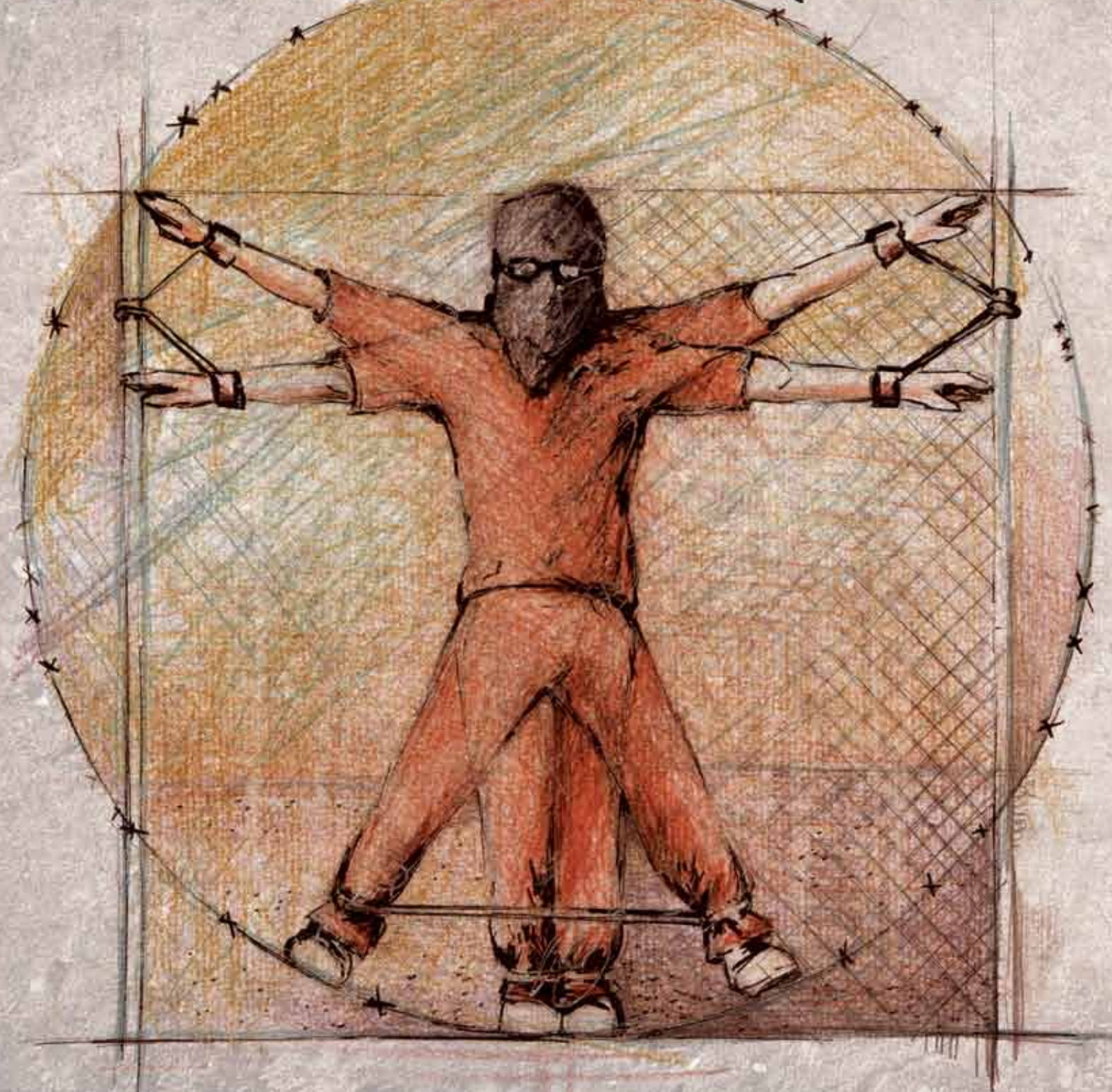
REALIZAÇÃO

FRONTEIRAS
DO PENSAMENTO

Ministério da
Cultura



Direitos Humanos



Uma das invenções mais sensíveis da história da humanidade é a cultura dos direitos humanos. Desde a formação histórica de regimes políticos e jurídicos favoráveis aos direitos humanos, na Grécia e na Roma antigas, até a condição atual, acumularam-se recursos do Estado e da organização das sociedades destinados a propiciar a defesa dos direitos humanos. Em todo o planeta, todavia, persistem situações críticas, com violações contra mulheres, minorias, estrangeiros, hereges, e mesmo contra sociedades inteiras, por meio de governos violadores. Logo, esta questão, como quase todas da vida em sociedade, não está nem estará jamais resolvida, mas sempre exigirá atenção.

Mesmo nações aparentemente estáveis e desenvolvidas podem passar por crises em que os direitos humanos são atacados. Na Europa, por exemplo, no século XX houve guerras e abusos terríveis contra a liberdade e a integridade de pessoas e de populações, em meio a guerras e outras perseguições. Os Estados Unidos, promotores de ideais de direitos humanos desde sua independência, em 1776, seguem provocando ofensas como as da prisão de Guantânamo, em Cuba, onde há numerosos prisioneiros sem julgamento, ou como os abusos cometidos em guerras, e denunciados por cineastas e jornalistas. Na África e nos países fundamentalistas muçulmanos, o abuso aos direitos humanos permanece sempre crítico, especialmente contra mulheres. Na América Latina e no Brasil, lastimavelmente, sobram exemplos de ataques aos direitos humanos, nos regimes ditatoriais e nas diversas situações sociais e econômicas que negam a muitos o direito de viver com dignidade.

Isto tudo importa bastante, e sempre, pelo fato básico de que você, leitor, é um ser humano, exposto a muitas ameaças, para as quais a defesa depende de permanente atenção e solidariedade. Este fascículo trata da história dos direitos humanos mas também das vidas e exemplos de pessoas que se destacaram e se destacam na defesa da dignidade da vida humana. Você pode e deve fazer parte dessa luta, em todos os níveis da sua vida, em casa, no bairro, na *web*, no Brasil, na América Latina e no mundo. E se algum colega ou amigo resolver se acomodar, leia para ele este poema:

A indiferença

*Primeiro levaram os comunistas,
Mas eu não me importei
Porque não era nada comigo.*

*Em seguida levaram alguns operários,
Mas a mim não me afetou
Porque eu não sou operário.*

*Depois prenderam os sindicalistas,
Mas eu não me incomodei
Porque nunca fui sindicalista.*

*Logo a seguir chegou a vez
De alguns padres, mas como
Nunca fui religioso, também não liguei.*

*Agora levaram-me a mim
E quando percebi,
Já era tarde.*

Bertold Brecht (1898-1956, dramaturgo alemão)

DEMOCRACIA CLÁSSICA

Em 508 a.C., Atenas aprovou a constituição que criou o regime democrático, com o qual esta cidade se destacou no século V a.C. Os atenienses preferiam chamar o regime de “isonomia”, ou seja, a garantia de que todos têm a mesma parcela diante da lei e do Estado, sem privilégios. É também o regime da autonomia, em que uma comunidade delibera seu destino independentemente de deuses, reis e sacerdotes. No centro desta revolução está a frase de um estrangeiro que vivia em Atenas, o sofista Protágoras de Abdera (480-410 a.C.): “o homem é a medida de todas as coisas”. Mesmo com o paradoxo de ser um império e de praticar o escravismo, Atenas e o regime da isonomia tornaram-se desde então a referência para se pensar a história da política, da liberdade e dos direitos humanos.

Francisco Marshall/CiôTur 2011



1



2



3



4



5

1. **Ágora de Atenas**, diante da Acrópole, local de encontros, negócios, festividades e discussões. 2. **Acrópole**, colina em que se concentram os principais templos altares da cidade, bem como seus arquivos e uma pinacoteca. Propileu é o conjunto monumental de colunas que dão acesso à área sagrada da Acrópole. 3. A assembleia dos cidadãos atenienses, chamada de **Eclésia**, reunia-se no Pnyx, diante da Acrópole. Ali decidiam sobre leis e guerras. 4. **Templo de Palas Athena Partênia** (a virgem), na Acrópole, era o principal templo de Atenas, construído pelo arquiteto e escultor Fídias (490-430 a.C.), por iniciativa de Péricles. 5. **Teatro de Dioniso**, junto à Acrópole, onde as tragédias de Ésquilo, Sófocles e Eurípides discutiram o novo ser humano criado pela democracia.

ROMA E A REPÚBLICA

A palavra república vem do latim *res publica*, e significa “coisa pública”, do povo. Em 508 a.C., quando Atenas promulgava a sua constituição democrática, em Roma a realeza era deposta, dando início ao desenvolvimento de um Estado em que o poder e as atribuições cívicas eram partilhados entre um grupo maior. A princípio, quem se beneficiou foram os aristocratas romanos, reunidos no senado. Mas por meio de muitas lutas sociais o poder foi sendo partilhado, configurando um Estado em que todos os cidadãos teriam seus direitos garantidos e poderiam participar.

As principais características de uma república são:

- triunfo do direito: um Estado regido por leis produzidas e compartilhadas pelos cidadãos;
- elegibilidade dos representantes;
- temporariedade do mandato;
- responsabilidade dos governantes;
- exercício soberano do poder pelo povo.

A Roma Antiga conheceu três formas de governo: monarquia (753 a 509 a.C.), república (509 a 27 a.C.) e império (27 a.C. a 476 d.C.).



Cícero Denuncia Catilina, pintura de Cesare Maccari (1840-1919), apresenta o senado romano reunido na cúria.

Para o político, filósofo e orador romano Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.), autor da obra *Da República*, publicada por volta de 51 a.C., “povo” significava: “homens associados pelo direito a partir de interesses que lhes são comuns. A associação pelo direito pressupõe a existência de leis e, para promover os interesses comuns, essas leis devem ser a expressão da vontade popular”.

SPQR – o símbolo da república

Representa a mais tradicional inscrição da república. Significa *Senatus Populus Que Romanus*: o senado e o povo de Roma. Era utilizada como assinatura oficial do governo em moedas, documentos oficiais entalhados em metal ou em rocha e no brasão das legiões romanas. Essas duas entidades jurídicas, o senado e o povo, juntas, eram soberanas. A ideia de república romana estava condensada nessa sigla.



O SPQR aparece no áureo de Augusto, moeda de ouro romana.

Assim como na época romana o Império era também uma república, iniciada com Otávio Augusto (63 a.C-14 d.C.), na era moderna as monarquias europeias se tornaram monarquias constitucionais, com o poder dos reis passando a ser contido e regulado por leis que garantem a esfera pública e a liberdade individual. Deste modo, o que os romanos antigos chamavam de república é parecido com o que chamamos de “Estado de direito”. Qualquer ameaça ao Estado de direito é uma ameaça à liberdade de todos, em toda a nação.

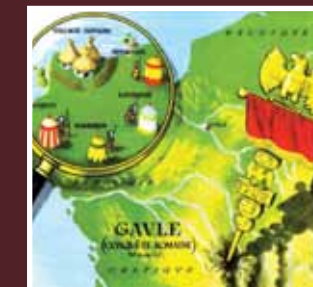
#SPQR, o game

Jogo de aventura em que o jogador é amigo de Lucius Cornelius e é convidado a resolver, com ele, uma série de mistérios. Embora tenha muitos elementos de ficção, os cenários, as personagens e as tramas têm referências históricas.



#SPQR, Asterix

As aventuras de Asterix acontecem em Roma, na época de César, ao final da república. Em todas as edições, há um mapa da Gália (hoje França, então território conquistado e transformado em província) com o estandarte romano.



REPÚBLICAS E DEMOCRACIAS MODERNAS

Estados Unidos declaram independência

Após três anos de conflitos intensos com a Inglaterra, congresso norte-americano aprova Declaração da Independência.

1773: A nação hoje conhecida como Estados Unidos da América era um conjunto de províncias controladas pela Inglaterra. A população estava descontente com as leis abusivas da metrópole que impunha altos impostos aos estados colonizados para suprir suas necessidades de guerra contra a França e a Espanha.

Para agravar a situação, a monarquia inglesa aprovou a **Lei do Chá**, que aumentava o preço da importação dos chás para os EUA. A população norte-americana se revoltou e invadiu os navios ingleses ancorados no porto da cidade de Boston, jogando ao mar todos os carregamentos de chá inglês, evento que resultou no fechamento do porto e foi visto pelos colonizadores ingleses como uma ameaça de revolução.

1774: Os colonos reúnem representantes de 13 estados e formam o I Congresso Continental, aprovando a lei que exige a reabertura do porto de Boston. Os norte-americanos tentam entrar em acordo com a coroa inglesa, mas fracassam e são ainda mais reprimidos.

GEORGE WASHINGTON LIDERA AS TROPAS

1775: O general Thomas Gage (1719-1787), comandante do exército britânico em Boston, manda recolher todos os armamentos dos revolucionários e prende dois dos principais políticos norte-americanos opositores à dominação da Inglaterra. Representantes dos estados se reúnem novamente e criam o II Congresso Continental, que escolhe **George Washington** como comandante das tropas revolucionárias norte-americanas.



Declaração da Independência, pintura de John Trumbull (1756-1843), mostra o comitê de redação da Declaração da Independência no Congresso. A imagem está no verso da nota de dois dólares.

COLONIZADOS EXPULSAM COLONIZADORES

Os norte-americanos se unem em diversos estados, expulsando e aprisionando governantes britânicos. Conflitos armados contra o exército inglês se intensificam e a Inglaterra começa a perder o controle sobre as colônias norte-americanas.

INDEPENDÊNCIA DECLARADA

Muitas batalhas acontecem até que o congresso norte-americano aprova, no dia 4 de julho de 1776, a Declaração da Independência dos Estados Unidos da América. Escrita por **Thomas Jefferson**, **John Adams** e **Benjamin Franklin**, a declaração estipula o direito das colônias de se tornarem estados livres e independentes, rompendo as relações políticas com a Inglaterra. A declaração de independência norte-americana baseia-se na defesa dos direitos humanos: “...*todos os homens foram criados iguais e dotados por seu criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais a vida, a liberdade e a busca da felicidade...*”.

NO SÉCULO XVIII, DUAS REVOLUÇÕES TRANSFORMARAM O ESTADO E CRIARAM UMA NOVA BASE PARA A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. VEJA COMO TUDO ACONTECEU.

Igualdade, Liberdade e Fraternidade

A Revolução Francesa enfrenta o absolutismo e abre caminho para uma nova era.

1780: A França era um país agrário, com 20 milhões de camponeses. Cinco milhões de franceses habitavam as cidades, da qual a principal era Paris, com 500 mil habitantes. As classes sociais francesas se dividiam em: **primeiro estado** (bispos e clero), **segundo estado** (nobreza) e **terceiro estado** (abrange da alta burguesia – banqueiros e grandes comerciantes – até camponeses e pobres). Além de representarem diferenças políticas, jurídicas e econômicas, o sistema de classe acabava por isolar o povo, como se fosse um ser humano inferior.

A situação econômica da monarquia francesa no reinado de Luís XVI (1754-1793) era péssima: o dinheiro dos impostos vinha da produção do terceiro estado e era recolhido pelo clero e a nobreza, mas não repassado ao rei devido aos benefícios concedidos às classes altas. A França decide apoiar a revolução norte-americana e isso custa caro.



O Triunfo de Marat: na gravura de 1793, Marat é carregado pela multidão após sua absolvição perante o Tribunal Revolucionário.

1788: A indústria inglesa começa a superar a francesa, uma grande seca arrasa a produção dos camponeses. A dívida da França já ultrapassa o dobro do dinheiro em circulação no país.

O descontentamento do terceiro estado chega a níveis explosivos. Os trabalhadores e camponeses passam fome e a burguesia quer mais voz ativa na política e liberdade econômica com menos impostos.

A POPULAÇÃO FURIOSA DERRUBA A BASTILHA

14 de julho de 1789: A população se une para atacar a **Bastilha**, que é destruída e os conflitos espalham-se pela França. Para conter a população, os direitos aos impostos dos dois primeiros estados sobre os camponeses são abolidos.

26 de agosto de 1789: A França aprova a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, que possui 17 artigos e defende o direito de liberdade, a igualdade de todos perante a lei e o direito de resistência à opressão do rei.

PAÍSES PLANEJAM INVASÃO À FRANÇA

A prisão do rei Luís XVI e o sucesso da Revolução Francesa são malvistas por muitos países europeus. Exércitos formados por nobres franceses exilados no exterior e tropas de outros países invadem a França, mas são massacrados pela população liderada por **Danton** e **Marat**. Em 20 de setembro de 1792, a República Francesa é proclamada. Em 21 de janeiro de 1793, Luís XVI e sua esposa, Maria Antonieta, são julgados e condenados à morte na guilhotina.

#Bastilha

Prisão do Estado para onde são enviados aqueles que discordam ou ameaçam o poder do rei.

#Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

Pintura de Jean-Jacques Le Barbier, de 1789, no detalhe, o símbolo do Olho da Providência, que observa a humanidade:



#Georges Jacques Danton (1759-1794)

Advogado e político francês de grande importância na Revolução Francesa.

#Jean-Paul Marat (1743- 1793)

Médico, filósofo e jornalista radical, líder na Revolução Francesa.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO

Em 1789, a FRANÇA REVOLUCIONÁRIA CRIA A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, PROCLAMANDO LIBERDADES E DIREITOS FUNDAMENTAIS DA HUMANIDADE EM DEZESSETE ARTIGOS, INSPIRADOS NA IDEIAS FILOSÓFICAS DO ILUMINISMO E NA DECLARAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA AMERICANA:

Art.1.º Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamen-
tar-se na utilidade comum.

Art. 2.º A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis
do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3.º O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhum corpo, nenhum
indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Art. 4.º A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos
direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros mem-
bros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

Art. 5.º A lei não proíbe senão as ações nocivas à sociedade. Tudo que não é vedado pela lei não pode
ser obstado e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordene.

Art. 6.º A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoal-
mente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para
proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente admissíveis a todas
as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não
seja a das suas virtudes e dos seus talentos.

Art. 7.º Ninguém pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos determinados pela lei e de acor-
do com as formas por esta prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar
ordens arbitrárias devem ser punidos; mas qualquer cidadão convocado ou detido em virtude da lei
deve obedecer imediatamente, caso contrário, torna-se culpado de resistência.

Art. 8.º A lei apenas deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias e ninguém pode ser
punido senão por força de uma lei estabelecida e promulgada antes do delito e legalmente aplicada.

Art. 9.º Todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado e, se julgar indispensável
prendê-lo, todo o rigor desnecessário à guarda da sua pessoa deverá ser severamente reprimido
pela lei.

Art. 10.º Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua
manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art. 11.º A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem;
todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos
desta liberdade nos termos previstos na lei.

Art. 12.º A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública; esta força é,
pois, instituída para fruição por todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada.

Art. 13.º Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável
uma contribuição comum que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades.

Art. 14.º Todos os cidadãos têm direito de verificar, por si ou pelos seus representantes, da neces-
sidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de observar o seu emprego e de lhe fixar a
repartição, a coleta, a cobrança e a duração.

Art. 15.º A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração.

Art. 16.º A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a sepa-
ração dos poderes não tem Constituição.

Art. 17.º Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não
ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia
indenização.

#Declaração de Direitos

Em 1689, o Parlamento da Inglaterra cria sua Declaração de Direitos, assegurando o direito à liberdade, à vida e à propriedade privada em 25 declarações.

#Carta dos Direitos

Em 1789, os Estados Unidos da América, aprovam sua Carta dos Direitos, com dez emendas que estabelecem os limites do governo sobre as liberdades individuais dos seus cidadãos.



ONU

aliança pela paz

Fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, a **Organização das Nações Unidas – ONU** é uma aliança entre países criada para promover a paz e a segurança mundiais. Ela desenvolve e põe em prática mecanismos que possibilitam desenvolvimento econômico, definição de leis internacionais, respeito aos direitos humanos e progresso social no mundo.

Com sede em Nova Iorque, EUA, é atualmente composta por 191 países (chamados de países-membros) que representam as nações do mundo e a mantêm por meio de contribuições financeiras. Os órgãos que compõem a ONU são:

Assembleia Geral

Constituída por todos os 191 países-membros, cada país com direito a um voto. É responsável pelas discussões e decisões do colegiado. Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China, por serem os cinco membros mais poderosos, têm direito a veto sobre as decisões.

Conselho de Segurança

É o órgão mais poderoso, responsável por manter a paz mundial e por restaurá-la quando surgem conflitos internacionais.

Secretariado

Coordena a organização dos programas, políticas e operações da organização.

Conselho Socioeconômico

Coordena estudos e aconselha ações econômicas e sociais dos países.

Tribunal Internacional de Justiça

Localizado na Holanda, avalia casos de nações que acusam outras de práticas impróprias.

Declaração dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi escrita após a Segunda Guerra Mundial, quando a violência cometida durante o período começou a ser discutida no mundo. Para garantir que as agressões não voltassem a ocorrer, em 10 de dezembro de 1948, os países-membros da ONU se uniram para promulgar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com trinta artigos.

A Declaração é um documento que serve como base para decisões e ações por todo o mundo. Ela expressa ideais comuns a todos os povos e nações, promovendo o respeito aos direitos e liberdades de todos os indivíduos.

O respeito e a aplicação dos direitos humanos cabem a todos os governos de todos os países mas também a nós, cidadãos que compõem a nação.

Os trinta artigos da Declaração compreendem direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Os direitos são de aplicação universal e indivisível (todos os direitos são iguais em valor e força). A página da ONU na internet disponibiliza a Declaração em cerca de 360 línguas. O documento é o mais traduzido no mundo.



Eleanor Roosevelt, segurando um exemplar da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

“Final, onde começam os direitos humanos universais? Em pequenos locais, perto de casa, em locais tão pequenos que não se pode vê-los em nenhum mapa do mundo... Se esses direitos não significarem nada nesses locais, pouco significado terão em qualquer outro local. Sem uma ação coordenada dos cidadãos para defendê-los na esfera doméstica, poderemos procurar em vão pelo progresso no mundo inteiro.” **Eleanor Roosevelt**



A **União Africana – UA** foi instituída em 2002, sucedendo a **Organização da Unidade Africana**. Baseada no modelo da União Europeia, trabalha pela união, promoção da democracia, dos direitos humanos e pelo desenvolvimento no continente africano. Foi somente em 1979, com a luta do então presidente norte-americano **Jimmy Carter** e com as tentativas da ONU de ampliar a aplicação de sua Declaração Universal dos Direitos Humanos, que os principais líderes da África começaram a esboçar sua **Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos**. A Carta possui 68 artigos que entraram em vigor em 1986.

#Eleanor Roosevelt (1884-1962)

Ativista social norte-americana, casada com Franklin Roosevelt, ex-presidente dos EUA. Dedicou sua vida aos direitos humanos no mundo, sendo representante de seu país na ONU (1945 a 1953), período durante o qual contribuiu para a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

#Jimmy Carter (1924)

Presidente dos EUA, colaborou para a abertura democrática de países da América Latina, quase todos então governados por ditaduras militares.

Quando dizemos que alguém está “no poder”, significa que ele foi emposado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo do qual se origina o poder desaparece, o seu “poder” também desaparece.

H A N N A H A R E N D T

A V I O L A Ç Ã O D O S D I R E I T O S H U M A N O S

#Hannah Arendt (1906-1975)
Filósofa política alemã de origem judaica, uma das mais influentes do século 20, conhecida como “pensadora da liberdade”.

#terrorismo de Estado
Ocorre quando o governo ou representantes do Estado utilizam métodos para criar medo na população civil e alcançar seus objetivos sociais, políticos ou militares.

#Adolf Hitler (1889-1945)
Ditador alemão, nascido na Áustria, líder do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, conhecido como Partido Nazista.

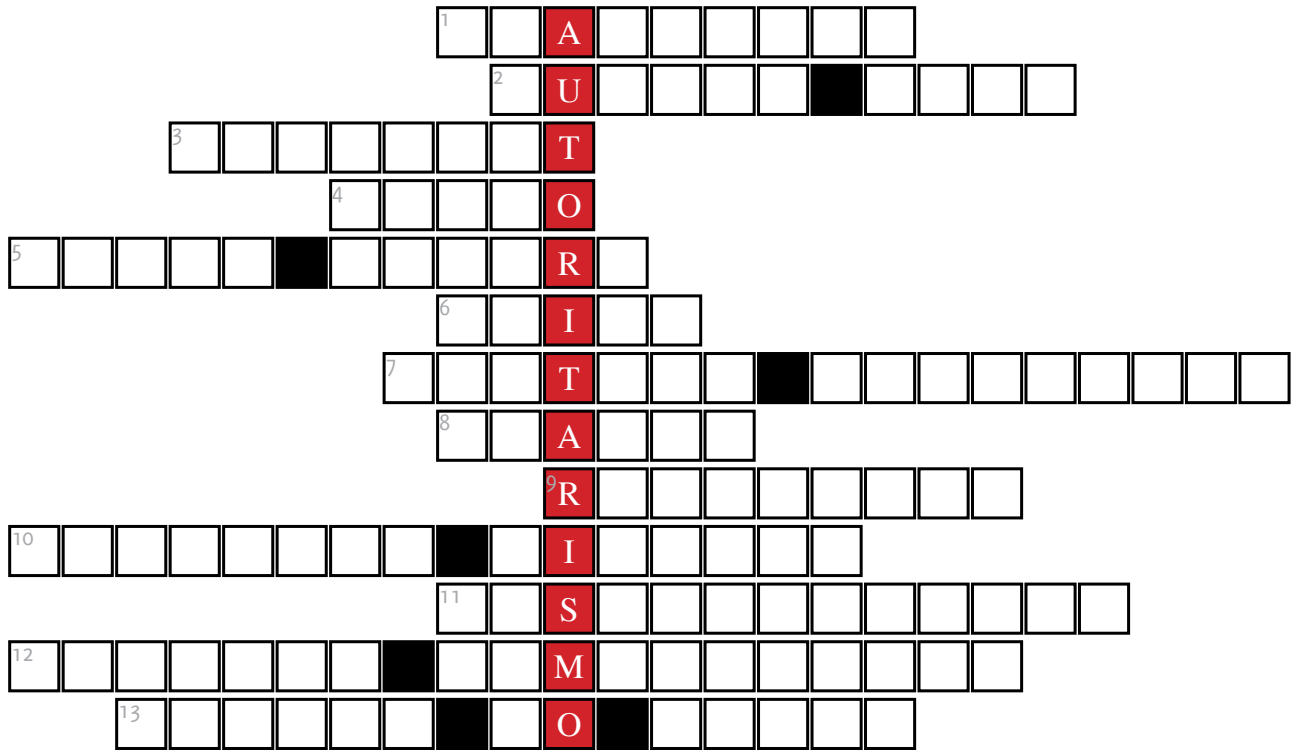
As violações aos direitos humanos acontecem dentro dos mais diversos regimes, mas há casos em que a violência está na própria forma de governo, como no totalitarismo e autoritarismo.

Nos regimes totalitários, o Estado domina a sociedade em proveito do indivíduo ou do pequeno grupo que detém o poder. O poder é mantido com o uso de violência e também através da propaganda, utilizando-se dos meios de comunicação controlados pelo Estado. Há um partido único e o culto à personalidade do líder, assim como controle sobre a economia, regulação e restrição da expressão, vigilância policial da população e **terrorismo de Estado**.

Utilizando-se do Estado para violar direitos humanos, a era **Hitler**, de 1933 a 1945, foi marcada pela lógica do egoísmo e da destruição, o que resultou na morte de 11 milhões de pessoas. No nazismo, a condição de sujeito de direito pertencia só aos membros da **raça ariana**. O nazismo caiu com a derrota alemã na Segunda Guerra Mundial em 1945. Na Itália, **Benito Mussolini** desenvolveu algo semelhante, o **fascismo**.

Enquanto esses regimes apresentavam um totalitarismo de direita e anticomunista, a União Soviética foi dominada pelo **stalinismo**, um regime totalitário, sob a liderança de **Josef Stalin**. O regime consolidou-se com um alto controle estatal, promoveu muita violência e abusos contra os direitos humanos.

Regimes autoritários são aqueles que privilegiam a autoridade governamental, concentrando o poder nas mãos de uma pessoa ou de um grupo e facilitando situações de abuso. O autoritarismo é uma forma atenuada de totalitarismo. Nos regimes autoritários, permanece uma certa linha de fronteira entre o Estado e a sociedade. Os regimes autoritários perseguem os cidadãos e os grupos que não se submetem. As várias ditaduras militares que dominaram a América Latina nas décadas de 1960, 70 e 80 foram regimes autoritários onde, apesar da existência de partidos políticos e tribunais, o Estado era dominado por um governo que não fora eleito, mas conquistado pela força das armas, e que reprimia e controlava a sociedade com violência.



Palavras cruzadas

- Regime autoritário de discriminação racial que vigorou na África do Sul.
- Nome do período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética.
- Ditador chileno que governou entre 1973 e 1990 e foi responsável por mortes e perseguições.
- Omar Ahmad al-Bashir comanda um país africano desde 1993 e foi indiciado por crimes bárbaros. Que país é esse?
- Nome do governante de um país situado no Caribe, cujo governo estendeu-se por 49 anos, de 1959 a 2008.
- Hosni Mubarak era o governante desde 1981 de um país do norte da África e foi derrubado pelos protestos populares em fevereiro de 2011. Que país é esse?
- Partido que governa a China desde 1949.
- País da América Latina que em 1964 sofreu um golpe militar que deu início a um regime autoritário.
- Toda pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, pede asilo político em outro país.
- Forma de governo em que o poder político é efetivamente controlado por militares.
- Nome dado a pessoas assassinadas durante as ditaduras militares na América Latina das quais ninguém sabe o paradeiro.
- Presidente do Irã, onde vigora uma mistura de teocracia autoritária.
- País que tem mais de 200 mil presos políticos e cujo governante é chamado de presidente eterno da República. Tornou-se independente do Japão em 1945.

1 Apartheid, 2 Guerra Fria, 3 Pinochet, 4 Sudão, 5 Fidel Castro, 6 Egito, 7 Partido Comunista, 8 Brasil, 9 Refugiado, 10 Ditadura militar, 11 Desaparecidos, 12 Mahmoud Ahmadinejad, 13 Coreia do Norte.

#raça ariana
Hitler e o nazismo pregavam que a “pureza” do povo alemão, sem “mistura” com outros povos, criaria uma raça superior a todas.

#fascismo
Doutrina totalitária italiana, criada por **Benito Mussolini (1883-1945)** que vigorou de 1922 a 1945. O Partido Nacional Fascista foi fundado em Roma, em 1921, logo chegando ao poder. Os fascistas defendiam um extremo sentimento de nacionalismo, e sua identidade, enquanto nação, era determinada pela unidade de raça, língua, cultura e território.

#stalinismo
Nome dado ao período do Governo de **Josef Stalin (1878-1953)**, entre os anos de 1924 e 1953, na ex-União Soviética. Stalin implantou um Estado burocrático e autoritário, controlado pelos militares e que tomava decisões desconsiderando as opiniões da população ou de seus representantes.

O trabalho pelos direitos humanos

Os direitos humanos fundamentais visam garantir ao ser humano o respeito ao seu direito à vida, à liberdade, à igualdade e à dignidade, bem como ao pleno desenvolvimento da sua personalidade. Sua proteção deve ser reconhecida pelos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais. Além disso, a sociedade se organiza para vigiar e reforçar seu cumprimento.

#liberdade de imprensa na América Latina

33° Chile
35° Uruguai
54° Paraguai
55° Argentina
58° Brasil
101° Equador
103° Bolívia,
109° Peru
136° México
145° Colômbia

Human Rights Watch

Criada em Helsinque, capital da Finlândia, em 1978, a **Human Rights Watch – HRW**, ou Observatório dos Direitos Humanos, é uma organização não governamental independente, financiada por pessoas e fundações, que se dedica à proteção dos direitos humanos de povos do mundo inteiro. A página www.hrw.org é um canal de informação para impedir a discriminação, apoiar a liberdade política, proteger as pessoas dos comportamentos desumanos em tempos de guerra e contribuir com a justiça aos culpados. Em 1992, a HRW investigou as violações cometidas no presídio brasileiro Casa de Detenção de São Paulo – também conhecida como Carandiru – no qual, durante uma rebelião, 111 detentos foram mortos pela polícia.

Repórteres Sem Fronteiras

ONG internacional, criada em 1985, que defende a liberdade de imprensa e se destina a todos os jornalistas e colaboradores dos meios de comunicação que estão presos pela sua atividade profissional, denunciando os maus tratos e a tortura nos mais diversos países. Para que diminua a censura, combate as leis destinadas a restringir a liberdade de imprensa e publica, a cada ano, um relatório sobre o estado da [liberdade de imprensa](#) no mundo.

Anistia Internacional

Fundada em maio de 1961 em Londres, a **Anistia Internacional – AI** é um movimento global, integrado em sua maioria por voluntários, que trabalham para que os direitos humanos sejam respeitados em todo o mundo. A sua missão é investigar e impedir abusos e averiguar denúncias de prisões políticas, torturas ou execuções. O movimento possui mais de 2,2 milhões de membros e colaboradores em cerca de 150 países e regiões.

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

Criado pela **Organização das Nações Unidas – ONU** para tentar medir o grau econômico e, principalmente, o bem-estar das pessoas nos países de todo o mundo. O IDH avalia os países em uma escala de 0 a 1. No Ranking de 2010, a Noruega, no primeiro lugar, alcançou um índice de 0,938 e o Zimbábue, no último lugar, de 0,140. O Brasil, em 73º lugar, ficou com 0,699. Acesse o ranking completo na página do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento: www.pnud.org.br.

Nosso mundo em números

100 milhões de pessoas estão sem teto.
1 bilhão de analfabetos.
1,1 bilhão de pessoas vivem na pobreza (630 milhões são extremamente pobres, com renda *per capita* anual bem menor que 275 dólares).
1,5 bilhão de pessoas sem água potável.
1 bilhão de pessoas passando fome.
150 milhões de crianças subnutridas com menos de 5 anos (uma para cada três no mundo).
12,9 milhões de crianças morrem a cada ano antes dos 5 anos.

Um sexto da humanidade luta contra a fome. Em 2008, o número de famintos cresceu em 100 milhões de pessoas (ONU).

Indicadores sociais

Os indicadores sociais são meios utilizados para designar os países como ricos (desenvolvidos), em desenvolvimento (economia emergente) ou pobres (subdesenvolvidos). Organismos internacionais analisam os países utilizando os seguintes parâmetros:

- Expectativa de vida;
- Taxa de mortalidade;
- Taxa de mortalidade infantil;
- Taxa de analfabetismo;
- Renda *per capita*;
- Saúde;
- Alimentação;
- Condições médico-sanitárias;
- Qualidade de vida e acesso ao consumo.

Democracia na Era Digital

Lemos frequentemente que estamos na Era Digital, mas o que é isso e o que tem a ver com os direitos humanos? Uma boa maneira de definir a Era Digital é pensar sobre como nossos diálogos mais necessários e frequentes têm acontecido. Como conversamos com nossos amigos? Como reclamamos dos produtos que usamos? Pela *web*. O uso da internet se concretizou como uma nova forma de diálogo com tudo e todos.

O poder e a disseminação da internet exigem um debate intenso. A Geração Z está mudando as formas de diálogo com o mundo, e será ela a principal atingida pelas mudanças.

Ainda é cedo para medir o impacto direto das relações virtuais no mundo real,

mas até os especialistas mais descrentes aceitam que a internet tem ajudado a mudar o curso da história.

A Era Digital também é a Era Global, em que fenômenos ocorridos no Oriente Médio podem ser estimulados ou refreados daqui do Brasil. Mais ainda, essa mobilização mundial para mudar realidades geograficamente distantes motiva pessoas a fazerem o mesmo em seu próprio país. Aproximam-se as realidades de mundo, país, estado, cidade, bairro e domicílio. Três mobilizações ocorreram nos últimos tempos nas quais, apesar da censura dos governos, as pessoas usaram ferramentas como celulares, Twitter e Facebook para se mobilizar, divulgar e ampliar suas lutas pelo mundo.

Tunísia

Em novembro de 1987, Zine El Abidine Ben Ali (1936) deu um golpe de Estado e assumiu a Presidência da Tunísia. A partir de então, concorreu à Presidência várias vezes e sempre ganhou com mais de 90% dos votos.

Com a péssima situação econômica e o desemprego generalizado, a tensão na Tunísia já era grande. Em dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, jovem de 26 anos, diplomado, mas desempregado, havia aberto uma banca de frutas para poder sobreviver e manter sua família. Em dezembro, a polícia confiscou a banca, alegando que ele não possuía licença. Mohamed ateou fogo no próprio corpo e se suicidou em protesto. Sua morte deu início aos conflitos no país, a chamada Revolução de Jasmim ou Revolução Facebook.

Sendo a Tunísia o 16º país mais censurado do mundo, não é possível ver notícias nos jornais ou na TV. A fim de recrutar mais pessoas para aumentar a oposição ao governo nas manifestações, a população passou a usar o Facebook, ainda liberado pelo governo. A única maneira de o mundo saber sobre a violência do exército era enviando fotos e vídeos via mídias sociais.

Como resultado das revoltas, no dia 14 de janeiro de 2011, o presidente Ben Ali abandonou o poder e buscou abrigo na Arábia Saudita. Ele e sua esposa foram condenados na Tunísia a 35 anos de prisão e a uma multa equivalente a 57 milhões de dólares por terem sido encontrados em um de seus palácios milhões de dólares em joias e fundos públicos. Caso retornem à Tunísia, serão presos.

cc Raphael Thelen



Egito

Em 1975, Muhammad Hosni Sayyid Mubarak (1928) foi eleito vice-presidente do Egito ao lado do então presidente Anwar El Sadat (1918-1981). Em 1981, ambos sofreram tentativa de assassinato e apenas Mubarak sobreviveu, assumindo o poder do país até 2011. Os trinta anos de presidência de Mubarak lhe deram tanto poder que é considerado um ditador pelo povo, sendo a liberdade de expressão e de reivindicação por mudanças quase inexistente no país. O povo, lutando pela democracia, começou a

se mobilizar em 25 de janeiro de 2011, pouco tempo depois dos conflitos na Tunísia. Porém, o governo do Egito percebeu o poder das mídias sociais na Revolução de Jasmim e, três dias após o início das manifestações na capital, Cairo, começou a bloquear a internet no país. A população egípcia ficou sem acesso à rede e não podia avisar o mundo sobre o que ocorria, situação que ajudava o governo a fazer o que quisesse (incluindo o uso de violência contra o povo) para tentar parar o conflito. Foi aí que...

Google, Twitter e SayNow (empresa comprada pela Google), lançaram o *speak-to-tweet* (speak2tweet), serviço que une telefonia e internet: os egípcios ligavam para certos números de telefone e deixavam mensagens de voz, que eram enviadas para o Twitter

como um arquivo de áudio (link) com as #hashtags #egito e #cairo. O mundo acessava o perfil, clicava no link e era redirecionado para o áudio, podendo ficar por dentro do que estava acontecendo no país. Para usar o *speak-to-tweet* não é preciso ter internet.

Principais momentos da revolução no Egito via Twitter:

Egípcios desafiam Governo e vão às ruas. 500 são presos e mais de 150 ficam feridos. Governo proíbe novas manifestações. #cairo #egito

Cairo fica sem internet instantes antes das manifestações contra Mubarak. Obama pede fim de censura a meios de comunicação no Egito. #cairo #egito

Em meio a saques, polícia desaparece das ruas. Manifestantes seguem no centro do Cairo. Telefonia celular começa a ser restabelecida. #cairo #egito

ONU pede fim da violência. Governos do mundo tentam retirar seus cidadãos do Egito. Twitter e YouTube viram alvo do governo egípcio. #cairo #egito

Último provedor de internet deixa de funcionar no Egito. Turistas tentam deixar o país e criam caos em aeroporto. #cairo #egito

Presidente do Egito abre mão de reeleição para conter protestos. Marcha do Milhão invade praça no Cairo. ONU pede fim dos conflitos. #cairo #egito

Manifestantes exigem saída de presidente, trocam tiros e colocam fogo em entulho no Cairo. Reação violenta do governo aumenta crise. #cairo #egito

Boatos sobre renúncia de Mubarak enchem praça no Cairo. Egito enfrenta greves em 17 dias de protestos. #cairo #egito

Milhões vão às ruas no Egito. Presidente abandona o cargo e sai do Cairo com sua família. Celebrações em vários países do Oriente Médio. #cairo #egito

cc Lilian Wagdy



Líbia

A Líbia está entre os cinco países com os piores índices de liberdade de imprensa no mundo, sendo a mídia tradicional (TV, jornais e agências de notícias) extremamente censurada no país. No dia 3 de março de 2011, o governo líbio, sob liderança de Muammar Kadhafi (1942), bloqueou a internet e, assim, telefonia celular e serviços de SMS passaram a ser os principais meios de receber e enviar informações.

Após muitos conflitos e milhares de mortos e feridos, diversos países se juntaram à ONU e decidiram pela intervenção militar a favor dos manifestantes e da renúncia do ditador. Quatro meses após o início da revolta, a situação ainda é incerta e Kadhafi diz que não pretende renunciar, aumentando a repressão militar contra os manifestantes.

Kadhafi assumiu o poder da Líbia com 27 anos, em 1969, após um golpe de Estado. Em 40 anos de governo, enfrentou várias acusações de violação dos direitos humanos.

Contudo, foi em fevereiro 2011 que Fathi Terbil, advogado de 39 anos, que defendeu as famílias de mais de mil pessoas assassinadas numa prisão líbia em 1996, foi preso sem qualquer tipo de acusação oficial. Alguns dias depois, centenas de pessoas se juntaram em frente a um quartel-general em Benghazi, cidade líbia, para protestar contra a prisão do advogado, e foram fortemente reprimidas pela polícia. Nos dias seguintes, os protestos ganharam forte caráter antigovernamental e conquistaram milhares de ativistas.

Polêmica: Wikileaks nas revoluções

Wikileaks é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo divulgar informações e documentos secretos que deveriam, de acordo com os criadores, ser de conhecimento público. Criado pelo jornalista australiano Julian Assange (1971), o Wikileaks foi lançado oficialmente em 2007 e, desde então, foi responsável pelo vazamento de dezenas de milhares de informações sobre as relações entre os governos do mundo.

Wikileaks e os conflitos na Tunísia: a Wikileaks liberou mais de mil documentos na internet que ligavam o governo norte-americano ao governo tuni. Os documentos abrangiam o período de 2006 a 2009 e foram escritos pelo embaixador dos EUA na Tunísia. Os assuntos variados tratavam da corrupção no país e até de um jantar oferecido ao embaixador pelo filho do presidente Ben Ali. Os documentos retratavam a riqueza da família do presidente tuni em contradição com a pobreza geral do país e, ainda, desvios de dinheiro e corrupção generalizada.

Wikileaks e os conflitos no Egito: a organização Wikileaks liberou quase três mil documentos relacionados ao Egito. As informações mostravam intenso diálogo entre o governo norte-americano e o presidente Hosni Mubarak. Nos documentos, Mubarak usava sua aliança com islâmicos radicais para ameaçar o governo dos EUA e enfraquecer as tentativas norte-americanas de implementar a democracia no Egito.

Wikileaks e os conflitos na Líbia: assim como na Tunísia, os documentos liberados pelo Wikileaks sobre a Líbia mostravam imensos gastos pessoais do presidente líbio Kadhafi e uso do poder para facilitar negociações de sua família. Comparadas a uma “novela” pela mídia mundial, as histórias da família de Kadhafi envolviam desvios de verba e acordos com empresas privadas no país, levando o povo líbio à indignação.

Se você vive em um mundo conectado em rede, você é parte desta rede, não apenas para assistir, mas também para cooperar, ajudando a divulgar informações e a mobilizar amigos para causas que merecem seu apoio.



Retratos da luta pelos direitos humanos



#Shirin Ebadi (1947)

Advogada e ativista dos direitos humanos iraniana, exilada na Inglaterra, prêmio Nobel da Paz em 2003. Conferencista do *Fronteiras do Pensamento* no ano de 2011.

A voz do Irã

Shirin Ebadi tornou-se a primeira e única mulher de seu país a ser nomeada juíza e a presidir um tribunal legislativo, assim como a primeira muçulmana agraciada com o Nobel por seus esforços em prol da democracia e dos direitos humanos. As leis do Irã são injustas e discriminatórias. Por lei, uma mulher vale a metade de um homem. Um muçulmano que cometer um delito sempre terá uma pena menor que alguém de outra religião pelo mesmo crime. Algumas das penas previstas na lei do Irã são: apedrejamento até a morte, crucifixão, decepamento da mão de ladrões e chibatadas. Essas penas podem ser aplicadas também a menores: mulheres a partir dos 9 anos e homens a partir dos 15. Os cárceres do Irã estão cheios de jornalistas, blogueiros, artistas, cineastas e pessoas de outras religiões que ousam levantar sua voz pacífica contra o governo querendo justiça e liberdade. Shirin defende, como advogada, as vítimas das injustiças no Irã.



a queda da cortina de ferro

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Polônia ficou sob **regime comunista** e forte influência soviética. República Popular da Polônia era o nome oficial do país no período entre 1952 e 1989. Uma das principais lideranças, decisiva para a mudança de regime, foi Lech Walesa, jovem polonês que, em 1980, trabalhava como eletricista nos estaleiros de Gdansk e havia liderado uma revolta operária que terminou na criação do primeiro sindicato livre da Polônia comunista, o *Solidarnosc* (Solidariedade), que chegou a ter mais de 10 milhões de membros. Tratava-se de um movimento reivindicatório e político, que exigia melhores condições de vida e, ao mesmo tempo, questionava o modelo de gestão soviética e pedia maior liberdade política. Nas eleições polonesas de 1990, obteve 75% dos votos. O período presidencial de Walesa, de 1990 a 1995, foi de grandes reformas, mas sem efeitos positivos imediatos. A abertura econômica permitiu alterações significativas na estrutura cultural e social da comunidade polonesa, com renovações na música, no cinema e nas artes. Tais acontecimentos na Polônia tiveram grande importância para o desmantelamento dos regimes totalitários da **Cortina de Ferro**.

#comunismo

Ideologia política e socioeconômica baseada nas ideias de Karl Marx (1818-1883). Prega a sociedade igualitária, sem classes sociais, com a posse dos meios de produção pelo Estado e com igual distribuição de riqueza e propriedade. Desde 1917, com a Revolução Russa, diversas nações adotaram regimes comunistas; tornaram-se regimes totalitários até a queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989. Atualmente, restam apenas China, Coreia do Norte, Cuba e Vênêzuela.

#Lech Walesa (1943)

Ex-presidente da Polônia e prêmio Nobel da Paz em 1983. Conferencista do *Fronteiras do Pensamento* no ano de 2011.

#Cortina de Ferro

Designam-se como países da “Cortina de Ferro” uma série de nações da Europa Oriental que estiveram sob o controle político da União Soviética. Inclui-se a própria União Soviética (Rússia, Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Estônia, Geórgia, Cazaquistão, Lituânia, Letônia, Moldávia, Ucrânia), Alemanha Oriental, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária e Romênia, onde não era permitido entrar ou sair sem autorização até 1991.

#Garry Kasparov
(1963)

Enxadrista russo, escritor e ativista político. Conferencista do *Fronteiras do Pensamento* no ano de 2011.

#Anatoly
Evienovich Karpov
(1951)

Campeão de xadrez russo, manteve o título de melhor jogador do mundo de 1975 a 1985.

Democracia em cheque

Garry Kasparov é considerado o maior enxadrista de todos os tempos. Aos 17, ganhou o Campeonato Mundial Júnior e, aos 22 anos, tornou-se o mais jovem campeão do mundo, batendo Anatoly Karpov na maior rivalidade da história do xadrez. Kasparov tornou-se mundialmente conhecido em 1996, ao derrotar o computador *Deep Blue*, desenvolvido pela IBM e capaz de analisar 50 bilhões de movimentos em três minutos. Descontente com os rumos da democracia na Rússia, Kasparov fundou o movimento *United Civil Front* e foi cofundador da *The other Russia*, coalizão de oposição à administração de Vladimir Putin, em 2008. Crítico ao governo Putin, foi inclusive preso por isso; atualmente, também critica a administração de Dmitri Medvedev. Kasparov acredita que o xadrez ensina a viver e a valorizar a democracia: “Está comprovado que o xadrez ajuda a melhorar a atenção, a disciplina, o pensamento lógico e a imaginação. Não é por acaso que, nas 13 mil escolas norte-americanas onde se ensina xadrez, as crianças têm melhor desempenho em disciplinas como matemática e redação. Elas também demonstram ter um senso de responsabilidade mais aguçado”.



A riqueza do Congo

Não é à toa que Denis Mukwege foi o segundo mais votado entre os candidatos ao prêmio Nobel da Paz de 2009. Com mais de 60 milhões de habitantes, a República Democrática do Congo é o cenário onde, na cidade de Bukavu, o fundador e diretor do Hospital de Panzi atende às mulheres vítimas de violência sexual, algo muito frequente nas regiões devastadas pela guerra. É nesse hospital que Mukwege e sua equipe fazem um delicado trabalho de reconstituição dos órgãos genitais femininos. Ele alerta ao mundo em forte e bom tom: “Não estamos diante de um problema étnico, nem religioso, nem político: as guerras e a violência contra a mulher no Congo são de origem econômica. Essas guerras beneficiam grandes conglomerados tecnológicos que se apropriam de certos minérios usados nas nanotecnologias. Os pequenos aparelhos, sejam celulares, notebooks etc., que estão muitas vezes em nossas mãos e bolsos, guardam uma história inenarrável de violência e morte”. Mukwege, cuja vida está constantemente em risco por denunciar as verdadeiras ra-

zões da guerra, acha que os países e os consumidores deveriam se perguntar de onde e em que condições as empresas obtêm o minério Coltan que é usado nos aparelhos.



#Denis Mukwege
(1955)

Médico congolês, recebeu o *Prêmio Olof Palme* e o *Prêmio Direitos Humanos* das Nações Unidas. Conferencista do *Fronteiras do Pensamento* no ano de 2010.

#Coltan

Mistura dos minerais columbita e tantalita. As maiores reservas de Coltan, extremamente escasso e caro, estão na República Democrática do Congo, onde as guerras civis pela posse das minas já duram anos. Segundo a ONU, mais de 4 milhões de pessoas já morreram na disputa do chamado “ouro azul”.

Uma mulher infiel

Mulher. Negra. Muçulmana. Somali. Por causa de uma tradição local, Ayaan Hirsi Ali se submeteu a uma clitorectomia, a extirpação do clitóris, com apenas cinco anos de idade. Em 1992, seu pai arranhou casamento com um primo canadense, mas ela fugiu para a Holanda, onde pediu asilo político. cursou Ciências Políticas, ingressou no Partido Trabalhista e foi deputada do parlamento holandês. Foi roteirista do filme *Submissão*, uma crítica à situação das mulheres no Islã, que custou a vida do diretor, assassinado por um fundamentalista islâmico. No livro *Infiel – A história de uma mulher que desafiou o Islã* (2007), sua autobiografia, Ayaan narra a trajetória de sua vida, diversas vezes ameaçada de morte: “Continuo viva, e isso é muito mais do que podem dizer os milhares e milhares de mulheres muçulmanas que tiveram que se render, que vivem encerradas numa jaula chamada Islã”. Sua luta continuará até o fim, denunciando a crença que, ainda hoje, permite a mutilação de meninas em nome do Islã: “Se não forem mutiladas, serão possuídas por demônios, cairão no vício e na perdição, e se prostituirão”, ameaçam as autoridades religiosas do país.



#Ayaan Hirsi Ali
(1969)

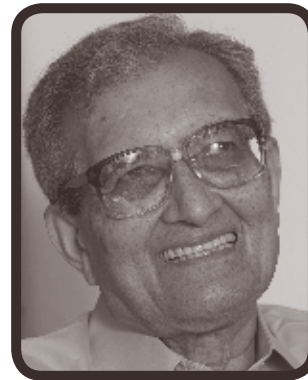
Escritora somali, agraciada com o prêmio Liberdade do Partido Liberal da Dinamarca. Conferencista do *Fronteiras do Pensamento* no ano de 2008.

Quando pensamos em direitos humanos de um cidadão, grupo ou nação, necessariamente devemos pensar na economia, em seus instrumentos, mecanismos de ação e resultados sociais. No fundamento de cada economia existe um conceito específico de desenvolvimento. Entre um sistema que se guia pela lei do mais forte, em que a liberdade individual é absoluta e passa por cima dos direitos humanos, e um sistema que nega as liberdades individuais por um interesse “comum” decidido e gerenciado pelo Estado, há outros modelos, que conseguem combinar liberdade e justiça social como forma de desenvolvimento real.

Desenvolvimento econômico e direitos humanos



© istockphoto.com/blackred



Amartya Sen ⁽¹⁹³³⁾

Economista indiano, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998 com o desenvolvimento da teoria da decisão social e do ***Welfare State***. Ao pensar a teoria do desenvolvimento como liberdade, Sen propõe remover as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Para ele, o desenvolvimento passa pelo acesso à saúde, ao trabalho, ao saneamento básico, à oportunidade de vestir-se e morar em local adequado a toda a população.

Uma das piores privações para Sen, e talvez a mais polêmica, é a restrição dos indivíduos ao **livre mercado**. A capacidade do indivíduo de buscar seus próprios recursos no mercado é considerada por ele como essencial para garantir a liberdade. Ele destaca a importância das decisões individuais e a autonomia de cada um. Porém, não se pode confundir autonomia com descomprometimento social, todos devem ter responsabilidades diante das injustiças e misérias da humanidade.



Muhammad Yunus ⁽¹⁹⁴⁰⁾

Economista e banqueiro bengali, recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2006, por fundar e presidir o *Grameen Bank*, banco que tem o governo de Bangladesh como um dos acionistas, oferecendo microcrédito para milhões de famílias, ajudando-as a sair da pobreza extrema. Para Yunus, é impossível ter paz com pobreza.

Em 1974, ano de terrível fome em Bangladesh, Yunus percebeu que, apesar de todo seu entusiasmo ao ensinar as teorias econômicas aos seus alunos, não encontrava nelas a solução para os problemas reais de seu país. Ao pesquisar com os alunos o que se passava na pequena aldeia de Jobra, localizada nas proximidades do campus da universidade de Chittagong, notaram que a luta pela sobrevivência das famílias era árdua por falta de capital próprio e dificuldades para obterem empréstimos nos bancos comerciais para financiar suas modestas atividades produtivas.

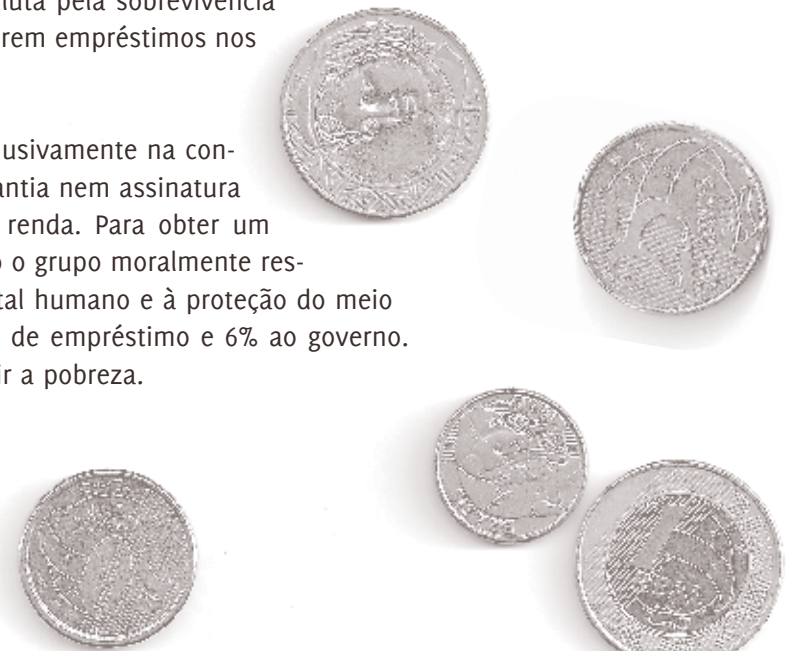
O banco promove o crédito como um dos direitos humanos; baseado exclusivamente na confiança e não no direito ou em algum sistema coercitivo, não exigindo garantia nem assinatura de contrato. O crédito é oferecido para fomentar atividades que criem renda. Para obter um empréstimo, a pessoa se une a um grupo que já obteve o crédito, ficando o grupo moralmente responsável por seu pagamento. O crédito dá prioridade à formação de capital humano e à proteção do meio ambiente. Atualmente, 94% do capital do banco pertence aos tomadores de empréstimo e 6% ao governo. Para Yunus, o estímulo ao empreendedorismo é a melhor forma de reduzir a pobreza.

#Welfare State

Também conhecido como estado de bem-estar social, designa o governo ou Estado que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos, com programas de escolas públicas, plano de saúde, aposentadoria etc.

#livre mercado

Teoria criada pelo economista e filósofo escocês Adam Smith (1723-1790). Afirma que, apesar da inexistência de uma entidade coordenadora do interesse financeiro de todos, a interação dos indivíduos parece resultar numa determinada ordem, como se houvesse uma “mão invisível” que os orientasse. Sistema no qual o governo não precisa interferir na economia.



A Constituição de um país ou Estado é o conjunto de regras que define os poderes e funções daqueles que gerenciam a sociedade como um todo. Na Constituição também estão previstos os deveres e direitos dos cidadãos, formando um conjunto de normas para garantir a organização e o funcionamento da nação. Mesmo que os países tenham formulado suas constituições em momentos diferentes da história e de acordo com suas necessidades e culturas, existem alguns princípios básicos e comuns a todos: os direitos fundamentais dos seres humanos.

Constituição Brasileira

O preâmulos (início) da Constituição de 1988 diz:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.”

A inclusão do termo “sob a proteção de Deus” foi controversa, mas acabou predominando a força do voto dos crentes contra os que defendiam a total independência entre fé e Estado.

Logo a seguir, lê-se:

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Os direitos humanos fundamentais são parte das regras que regem nossa sociedade há muitas décadas. A Constituição Brasileira de 1988 é a oitava. A primeira, outorgada por Dom Pedro I em 1824, preocupava-se mais em organizar o Estado do que com a defesa dos direitos civis e humanos, que aparecem somente a partir do artigo 179. Depois desta, o Brasil teve ainda outras sete – 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988.

Essas leis fundamentais não impediram que o Brasil sofresse períodos de autoritarismo, em que os direitos humanos foram ofendidos gravemente. As ditaduras de 1930 a 1937, de 1937 a 1945 e de 1964 a 1984 realizaram prisões, censuraram a imprensa, impediram o direito ao voto, e muitas vezes torturaram e mataram brasileiros, usando recursos do Estado, por questões políticas. A reação a estes abusos é parte importante da história da luta pelos direitos humanos no Brasil.

Os direitos humanos e o crescimento da sociedade

A base dos direitos humanos é a liberdade e a igualdade para todos. Ocorre que, quanto mais o mundo cresce, mais grupos e minorias se formam, sendo preciso criar órgãos e instituições para garantir seus direitos.

Em 1996, após o **massacre de Eldorado dos Carajás**, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o **Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH**. O programa é um conjunto de 222 propostas de ação do governo para a promoção de parcerias entre o Estado e a sociedade civil e a garantia de defesa de direitos no Brasil.

São todos “direitos que garantem existência digna a qualquer pessoa”. As alterações nos programas ou o crescimento da luta pelos direitos humanos no país

não significam que alguns desses direitos foram extintos, mas sim que novos casos aconteceram e que novos direitos foram criados.

De 1988 a 2011, a Constituição Brasileira sofreu alterações por meio de emendas, mas a parte que trata dos direitos humanos não pode ser modificada. São as chamadas cláusulas pétreas: inalteráveis.

Conforme a sociedade se modifica, diferentes situações ainda não previstas pela lei se apresentam: novos grupos sociais se formam e exigem seus direitos reconhecidos, descobertas científicas pedem regulamentação etc. Veja abaixo alguns exemplos de matérias que vêm sendo questionadas na atualidade:

UNIÃO HOMOAFETIVA

Art. 226, § 3º – Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

SALÁRIO MÍNIMO

Art. 7º, IV – Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

INVASÃO DE PRIVACIDADE

Art. 5º, X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Art. 5º, IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

A partir do que você aprendeu neste fascículo e do que você sabe sobre o país e o mundo, avalie a situação dos direitos humanos no Brasil.

#massacre de Eldorado dos Carajás

Assassinato de 19 sem-terra em 17 de abril de 1996 no município de Eldorado dos Carajás, no sul do estado do Pará, por integrantes da polícia militar.